

INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI

CAROLINA WITTIG COSTA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO
PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC**

TEÓFILO OTONI
2018

INSTITUTO ENSINAR BRASIL
FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI

CAROLINA WITTIG COSTA

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO
PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia das
Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni, como requisito final à
Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. Orientado pelo
Prof. MSc Philippe Drumond Vilas Boas Tavares

Área de concentração: Formação Docente Continuada

TEÓFILO OTONI
2018



FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC, elaborado pela aluna CAROLINA WITTIG COSTA foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Pedagogia das Faculdades Unificadas Teófilo Otoni, como requisito parcial da obtenção do título de

LICENCIADA EM PEDAGOGIA

Teófilo Otoni/MG ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

MSc Philippe Drumond Vilas Boas Tavares
(Orientador - Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni–Futo)

Prof. Examinadora 1 MSc Maria Lúcia Viana do Prado
(Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni–Futo)

Prof. Examinador Pedro Raphael Azevedo Valcarce
(Faculdades Unificadas Doctum de Teófilo Otoni–Futo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado chegar até aqui, concluindo mais uma etapa da minha vida e acima de tudo um sonho. A realização deste sonho não seria possível sem o cuidado de Deus e a força que obtive D'ele durante toda a caminhada por estes quatro anos quando por diversas vezes pensei em desistir mediante as dificuldades que me eram apresentadas.

Levo comigo o versículo bíblico de Filipenses 4:13 “Tudo posso naquele que me fortalece”. A minha força vem do Senhor. Agradeço a minha família por toda a dedicação e paciência contribuindo diretamente para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos.

Agradeço aos mestres e professores que sempre estiveram dispostos a ajudar e contribuindo para um melhor aprendizado. Agradeço também a instituição de ensino FUTO – Doctum Teófilo Otoni por ter me dado à chance e todas as ferramentas necessárias que me auxiliaram e permitiram chegar hoje ao final deste ciclo de maneira honrosa.

A todos que contribuíram direta e indiretamente pelo meu sucesso o meu muito obrigada!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU – Organizações das Nações Unidas

PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

SISPACTO – Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC

Carolina Wittig Costa

Philippe Drumond Vilas Boas Tavares

RESUMO

Esta pesquisa apresenta reflexões de um estudo bibliográfico e documental acerca da formação continuada de professores e sua relevância no âmbito educacional tendo como objeto de estudo o programa do governo federal "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" (PNAIC), que visa alfabetizar todas as crianças de até os oito anos de idade, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental como proposta de melhorar os índices educacionais do Brasil. Foram analisados na parte documental os cadernos de formação, material de apoio do PNAIC. A necessidade da formação continuada se faz em decorrência das transformações e dos desafios que emergem da sociedade, exigindo uma prática docente aprimorada como pressuposto essencial para propiciar uma educação de qualidade que auxilie este processo com novos métodos pedagógicos ressignificando a prática e contribuindo na compreensão significativa do conhecimento.

Palavras-chave: Educação. Conhecimento. Autonomia. Qualidade.

ABSTRACT

This research presents reflections of a bibliographical and documentary study about the continuing formation of teachers and their relevance in the educational scope, having as object of study the program of the federal government "National Pact for Literacy in the Right Age" (PNAIC), which aims to children up to the age of eight, until the end of the 3rd year of primary education as a proposal to improve Brazil's educational indices. Were analyzed formation notes from program in the documental section. The need for continuing education is due to the transformations and challenges that emerge from society, requiring an improved teaching practice as an essential prerequisite to provide a quality education that helps this process with new pedagogical methods, re-meaning the practice and contributing to the meaningful understanding of the knowledge.

Keywords: Education. Knowledge. Autonomy. Quality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Justificativa.....	10
2. METODOLOGIA.....	12
3. OBJETIVOS.....	13
3.1 Objetivo Geral.....	13
3.2 Objetivos Específicos.....	13
4. CAPÍTULO I: FORMAÇÃO CONTINUADA: EXIGÊNCIA, OBRIGAÇÃO OU CAPRICHOS?.....	14
4.1 Reflexão e Análise Sobre o Conceito da Formação Continuada e seu Surgimento no Brasil.....	16
4.2 Interfaces da atuação docente em um mundo globalizado e digital.....	20
5. CAPÍTULO II - IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC.....	24
5.1 Sobre Remuneração.....	28
5.2 Metodologias e Materiais Usados no Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa.....	32
6. CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO SINTETIZADA DOS CADERNOS DO PNAIC 2015:.....	35
6.1 Caderno Unidade de nº 1.....	35
6.2 Caderno Unidade de nº 2	36
6.3 Caderno Unidade de nº 3.....	39
6.4 Caderno Unidade de nº 4.....	40
6.5 Caderno Unidade de nº 5.....	41
6.6 Caderno Unidade de nº 6	42
6.7 Caderno Unidade de nº 7	44
6.8 Caderno Unidade de nº 8	44
6.9 Caderno Unidade de nº 9	46
6.10 Caderno Unidade de nº 10	48
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS.....	53

1 INTRODUÇÃO

A Formação Continuada de professores é tema importante a ser refletido, pois estar em constante formação tornou-se quase uma obrigatoriedade para os docentes, frente aos resultados avaliativos, e as várias mudanças que se justificam na necessidade de investir na formação continuada, principalmente para que haja transformações na escola, em especial, aos processos qualitativos.

Historicamente, desde os anos de 1990, têm se discutido a formação continuada de professores em serviço, como por exemplo, Nóvoa (1993); Libâneo (1988); Morin (2000) entre outros autores. Não obstante, a sociedade do século XXI também tem buscado inovações, inclusive, tem criado expectativas devido às demandas com exigências específicas, tanto no nível educacional, tecnológico e cultural, como no sócio profissional e econômico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, lei nº 9.394/96) veio provocar o questionamento aos poderes públicos quanto a essa formação. Esta lei reflete sobre debates quanto à sua importância e trata disso em vários de seus artigos, como por exemplo, os artigos 67 e 80, respectivamente, reforçam a importância e necessidade da formação continuada.

O artigo 67, por exemplo, prevê e estipula que os sistemas de ensino deverão promover a valorização dos profissionais da educação, trazendo essa temática em seu inciso II quanto ao aperfeiçoamento profissional continuado como uma obrigação dos poderes públicos, inclusive propondo o licenciamento periódico remunerado para esse fim.

Ato contínuo, o artigo 80 da referida lei dispõe que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de Ensino a Distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Portanto, por consequência, uma das prioridades em qualquer projeto de reforma educacional deve ser a formação e a consequente valorização dos professores da educação básica, que teoricamente, fica garantida com a proposta do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), mas que passa necessariamente

pela melhoria da qualidade da formação, em particular dos que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental.

Quanto ao ganho científico, a observação da demanda por novos estudos, apoia a importância de analisar e refletir o porquê de se investir na capacitação profissional dos professores.

Surgem assim alguns questionamentos acerca desse tema como: quais os benefícios para uma instituição educacional que possui um profissional qualificado? Quanto ao ganho político e social de uma Instituição de Ensino, qual a importância de se investir na Formação Continuada de seus professores? A Formação Continuada implica positivamente na educação de qualidade dos alunos? Quais são os programas, as novas ideias, e políticas públicas educacionais que contribuem para práticas de formação de professores de uma nova época? Que formação recebe o professor que atuará no ciclo alfabetizador?

Diante de tais perguntas, os educadores precisam se atentar que o tempo traz consigo diversas transformações, sejam elas tecnológicas, políticas, epistemológicas ou sociais ocorrendo assim mudanças em escala de grandes evoluções. Dessa forma devemos avançar e evoluir junto com ele.

Ademais, imperiosa ainda a discussão quanto ao gerenciamento e orientação do comportamento humano na atividade profissional, definindo assim metodologias prático-didáticas, estratégias nos processos de desenvolvimento de ensino e aprendizagem, a contribuir com o desenvolvimento e qualificação do ensino, bem como nas relações sociais.

É sabido que o professor necessita estar em constante processo de busca e pesquisa, a Educação quando relaciona teoria e prática, algumas vezes, pode-se divergir em idéias opostas, portanto, o profissional da área precisa complementar, aprimorar e atualizar seus conhecimentos constantemente, a fim de se desenvolver em meio às novas descobertas, sendo agente ativo de uma Educação de qualidade que faça a diferença no processo de ensino.

Os professores precisam estar preparados para lidarem com as gerações interativas, aceleradas e tecnológicas. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa

se propõe em fazer um estudo bibliográfico e documental a fim de evidenciar a importância de se promover a formação continuada de professores por meio de políticas públicas educacionais, em específico sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.

Com base nas pesquisas acerca do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC - este trabalho buscou verificar o que este programa traz como metodologia, propostas, planos de ações e contribuições na formação continuada dos professores, objetivando, especificamente destacar na pesquisa, caracterizar, compreender e analisar a formação continuada a fim de evidenciar como o PNAIC se configura enquanto proposta de formação continuada de professores, avaliando se sua efetivação implica qualidade do processo de ensino aprendizagem dos alunos atingidos pelo programa.

Desta forma, o presente trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda a reflexão e análise sobre o conceito e concepção de Formação Continuada e seu surgimento no Brasil; já o segundo capítulo traz informações sobre a trajetória e informações a respeito do programa PNAIC e o terceiro capítulo traz a apresentação sintetizada dos cadernos do PNAIC 2015 juntamente com uma análise sobre material utilizado no programa.

1.1 Justificativa

O presente estudo se justifica na necessidade de investir na formação continuada de professores, principalmente para que haja transformações na escola em especial aos processos qualitativos, pois o processo formativo permanente dos professores conseqüentemente contribui para melhoria da qualidade do ensino nas escolas.

Essa necessidade de ação continuada docente sempre se fez presente, mas atualmente intensificou-se pelo aumento de profissionais da Educação que buscam valorização e destaque no mercado de trabalho.

Por ser uma ação complexa depende da eficácia das relações interpessoais e da capacidade de percepção humana a fim de aprimorar o trabalho docente dentro

do cenário educacional. A mudança de paradigmas imposta pela sociedade nas últimas décadas fortaleceu a busca pela mudança da realidade tendo em vista as transformações no campo do conhecimento.

Formar-se continuamente tornou-se obrigatoriedade para os professores e os mesmos precisam estar preparados para lidarem com as gerações interativas aceleradas e tecnológicas, além disso, ao longo do tempo se adquirem com a prática pedagógica a experiência e um olhar perceptível sobre temáticas interdisciplinares como o *bullyng*, preconceito, baixa auto-estima, falta de interesse que acarretam em dificuldades na leitura e escrita implicando negativamente no processo de ensino aprendizagem.

Para enfrentar tais situações é necessário que o educador esteja preparado obtendo uma formação diferenciada que lhes permita embasamento prático e teórico para desenvolverem um trabalho que contemple a diversidade cultural e assuma a responsabilidade de sanar as dificuldades de aprendizagem existentes por parte destes alunos, muitas vezes estas práticas não são aplicadas dentro do currículo escolar e por isso a formação do professor precisa fazer a diferença sobre seu cotidiano profissional.

2. METODOLOGIA

A pesquisa pressupõe alguns elementos fundamentais para realização de um trabalho, tais como: a criatividade, a inovação, a elaboração própria, o questionamento da realidade, a criação, a descoberta. Segundo Freire (2001) “não existe pesquisa sem ensino e nem ensino sem pesquisa”.

A palavra “pesquisa” tem origem no latim com o verbo “perquirir”, que significava procurar; buscar com cuidado; procurar em toda parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem; aprofundar na busca (BAGNO, 2007).

Demo (2001) em sua obra intitulada “Pesquisa: princípio científico e educativo” no que se refere a pesquisa tem explicado:

Se funda no esforço sistemático e inventivo de elaboração própria, através da qual se constrói um projeto de emancipação social e se dialoga criticamente com a realidade. Predomina entre nós a atitude do imitador, que copia, reproduz e faz prova. Deveria impor-se a atitude de aprender pela elaboração própria, substituindo a curiosidade de escutar pela de produzir. (Demo, 2001,p.10)

Marconi e Lakatos (2010) explicam que a abordagem qualitativa se trata de uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências de comportamento.

Chizzotti (2006) tem explicado:

Novos temas e problemas, originários de classe, gênero, etnia, raça, culturas, trazem novas questões teóricas e metodologias aos estudos qualitativos. Uma confluência de tendências, disciplinas científicas, processos analíticos, métodos e estratégias aportam à pesquisa qualitativa criando um campo amplo de debates sobre o estatuto da pesquisa (CHIZZOTTI, 2006, p. 54).

Partindo do pressuposto da pesquisa, o estudo será desenvolvido através de pesquisa bibliográfica e documental, de forma investigativa por meio de referenciais teóricas, descritiva, qualitativa, e o método utilizado será a análise do que dizem as pesquisas acerca do tema. A investigação será feita através de análise documental do material pedagógico utilizado na época do programa PNAIC – Pacto Nacional de

Alfabetização na Idade Certa, e os resultados serão pela constatação da sua efetivação nos índices do IDEB após sua implementação. Este material apresenta os conteúdos do terceiro ano do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Este material se encontra na sua maior completude por esta razão se fez a análise do mesmo.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar como proposta governamental de formação continuada intitulada "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa" – PNAIC se configura enquanto formação continuada de professores.

3.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a Formação Continuada de professores enquanto proposta de formação inicial.
- Compreender como se configura a proposta Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.
- Analisar os materiais orientadores do PNAIC de forma a compreender sua conotação formativa continuada.

4. CAPÍTULO I: FORMAÇÃO CONTINUADA: EXIGÊNCIA, OBRIGAÇÃO OU CAPRICHO?

A busca da qualidade de ensino na Educação baseia-se na busca pela construção da cidadania. A Educação e a Formação Continuada de Professores é um tema atual e tem sido um recurso necessário e indispensável para a satisfação das necessidades individuais e socioorganizacionais em uma sociedade que se descobre através das diversas mudanças e sofre transformações de forma acelerada.

Segundo Shigunov Neto e Maciel (2002), para que as mudanças que ocorrem na sociedade atual possam ser acompanhadas, é preciso um novo profissional do ensino, ou seja, um profissional que valorize a investigação como estratégia de ensino, que desenvolva a reflexão crítica da prática e que esteja sempre preocupado com a formação continuada.

Através da Formação Continuada, os professores, e os gestores de instituições, tornam-se mais capacitados para ponderar sobre todos os aspectos pedagógicos e, para além deles, propor estratégias com a finalidade de sanar as dificuldades e instalar mudanças significativas em toda a comunidade escolar.

Segundo Nóvoa (2003, p. 23) “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente”. Para este estudioso a formação continuada se dá de maneira coletiva e dependem de experiência e reflexões como instrumentos de análise.

O desafio atual está, sobretudo na valorização de paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como agentes e protagonistas na implementação das políticas educativas.

Partindo do pressuposto da pesquisa em Educação e da sua relevância no contexto educacional de modo geral, aliando teoria à prática, é possível

compreender através da realização dos estágios obrigatórios e através das vivências e experiências obtidas na vida acadêmica sobretudo no curso de Pedagogia, que a capacitação profissional é algo importante, tanto na perspectiva de crescimento e aprimoramento pessoal, quanto profissional.

Portanto, surgindo a curiosidade sobre essas vertentes, sente-se a necessidade de analisar o que as pesquisas na área de Educação apresentam sobre a temática de Formação Docente Continuada, em especial analisar como um meio de formação continuada o PNAIC, programa de formação continuada ofertado pelo MEC sazonalmente, voltado para área do ciclo de alfabetização contribui para a melhoria da qualidade da educação.

Destarte, este trabalho aborda as novas tendências na formação continuada de professores frente às novas gerações, suas implicações para a profissionalização docente e suas contribuições em prol do aprimoramento do processo de ensino aprendizagem.

Como as gerações se modificam e permutam-se num espaço de tempo cada vez mais curto, esta pesquisa procura mostrar a situação fazendo um estudo que aponta caminhos para atender às atuais necessidades na formação de professores.

Refletir sobre a formação de professores alfabetizadores no Brasil ainda se constitui como uma demanda necessária e atual, pois questões que contemplam o campo da leitura e escrita atestam a necessidade de formação especializada do professor em defesa do direito principal de toda criança em processo de escolaridade: o direito de aprender.

A necessidade de ação continuada docente sempre se fez presente, mas atualmente, intensificou-se pelo aumento de profissionais da Educação que buscam também valorização e destaque no mercado de trabalho.

Por ser uma ação complexa depende da eficácia das relações interpessoais e da capacidade de percepção humana a fim de aprimorar o trabalho docente no cenário educacional. A mudança de paradigmas imposta pela sociedade nas últimas décadas fortaleceu a busca pela mudança da realidade educacional, tendo em vista as transformações no campo do conhecimento.

Além da formação contínua, ao longo do tempo se adquire da prática pedagógica, a experiência e um olhar perceptível sobre temáticas crescentes, como o *bullying*, preconceito, baixa auto-estima, falta de interesse que acarretam em dificuldades na leitura e escrita, implicando negativamente no processo de ensino aprendizagem.

Para enfrentar tais situações é necessário que o educador esteja preparado, obtendo uma formação diferenciada que lhes permita embasamento prático e teórico para desenvolverem um trabalho que contemple a diversidade cultural e assuma a responsabilidade de sanar as dificuldades de aprendizagem existentes por parte destes alunos, muitas vezes estas práticas não são aplicadas dentro do currículo escolar e por isso a formação do professor precisa fazer a diferença sobre seu cotidiano profissional.

Morin (2000) enfatiza que uma das grandes missões da educação é preparar para o novo, para o imprevisto, para necessárias e vitais reformas do pensamento. A história é incerta, seguem de forma tortuosa, cheia de desvios, inovações e acidentes. Quando um desvio ganha força ele pode se tornar a nova normalidade; e as evoluções são frutos de desvios bem sucedidos.

4.1 Reflexão e Análise Sobre o Conceito da Formação Continuada e seu Surgimento no Brasil

Ao se falar em formação continuada é preciso entender o seu conceito e real objetivo. Conceituando a formação continuada nada mais é do que uma formação complementar, ou seja, trata-se de um direito que os profissionais de ensino possuem. Inicialmente, é válido ressaltar que a Formação Continuada trouxe mudanças curriculares significativas nos cursos de formação de professores e isto é oriundo do processo de reforma educacional ocorrida nos anos de 1990 que eclodiu a expansão e desenvolvimento da Educação Básica e implementação de políticas públicas Educacionais visando o aprimoramento do trabalho docente.

Precisamente por volta de 1996 os avanços foram mais perceptíveis com a atualização da (LDB), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual vale dizer, visa valorizar e orientar a formação do profissional da educação.

Portanto, a Formação Continuada não se baseia especificamente em cursos, palestras ou treinamentos feitos de forma tecnicista e descontextualizados no interior ou exteriores da instituição em que se trabalha “[...] de modo geral, ainda prevalece uma concepção de formação transmissiva, que se desenvolve sob a forma de palestras, seminários, oficinas, cursos rápidos [...]” (GATTI, SÁ BARRETO, ANDRÉ, 2011, p. 198).

A Formação Continuada é algo muito mais relevante do que isso, pois abrange uma proposta epistemológica da docência que vinculando à prática pedagógica resultam em bons profissionais que fazem do conhecimento científico um verdadeiro aliado à práxis pedagógica contemplando valores humanísticos.

Nóvoa (1992, p.25) adverte que “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim por meio de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”.

A modalidade da formação continuada é uma prática que vem ganhando bastantes adeptos e que enfrenta alguns obstáculos, mas é necessária para uma prática docente eficaz. Não é possível falar em Educação de qualidade sem mencioná-la, já que vem sendo um assunto considerado fundamental nas políticas públicas para a educação, inclusive, no meio doutrinário a sua definição tem ganhado outros contornos.

Nesse sentido Carvalho e Simões (2002b) têm explicado:

Alguns a definem como prática reflexiva no âmbito da escola, e outros, como uma prática reflexiva que, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente, a concebem como uma prática reflexiva articulada com as dimensões sociopolíticas mais amplas, abrangendo da organização profissional à definição, execução e avaliação de políticas educacionais (CARVALHO. SIMÕES, 2002b, p. 172)

As políticas e ações políticas dirigem-se no sentido de evidenciar reformas curriculares e mudanças na formação dos docentes, denominados assim de formadores das novas gerações. Investir em Políticas de Formação Continuada para os docentes se torna cada vez mais urgente e necessário.

Vários documentos internacionais destacam imprescindíveis estas alterações. Nesta perspectiva, destacam-se e citam-se três documentos do Banco Mundial

(1995, 1999, 2002), que tratam a Educação continuada como prioridade e a realçam como fundamental e renovadora no campo da Educação. São eles:

- O Programa de Promoção das Reformas Educativas na América Latina (PREAL, 2004) que tem como objetivo a promoção do diálogo regional sobre política educacional e a relevância de situar o tema da reforma educativa como uma prioridade na agenda política dos governos, criando espaços para busca de consensos, divulgando êxitos nas experiências em educação.
- A Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação e o texto Marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento do ensino superior (UNESCO, 1998); que teve como objetivo a criação de uma Política para Mudança e Desenvolvimento em Educação Superior.
- A Declaração de princípios da Cúpula das Américas (2001); e os documentos do Fórum Mundial de Educação (DACAR, 2000) que se objetivam em educação e direitos para todos satisfazendo as necessidades de sistemas educacionais conduzindo programas educacionais de forma a promover compreensão mútua.

Todos estes documentos discutem nitidamente a ideia de preparar os professores para formar as novas gerações para a “nova” economia mundial e ressaltam que a escola e os professores ainda não se encontram preparados para isso.

Obviamente que estas questões acerca da nova economia mundial precisam ser melhor elucidadas, de forma que não incorram em aumento da desigualdade social, acúmulo de riquezas em grupos seletos em detrimento da distribuição mais igualitária dos recursos disponíveis, pois estas consequências impactam diretamente na forma com a Educação é oferecida, principalmente em países subdesenvolvidos. Sempre que houver uma menção a um órgão internacional do porte do Banco Mundial, temos sempre que questionar se suas orientações não excluem nossa realidade, pois trata-se de um Organismo Internacional estabelecido em outra realidade material que a nossa. Suas contribuições muitas das vezes são bem pertinentes ao tema proposto, mas outras vezes elas atendem a interesses

mercadológicos dos países desenvolvidos. No caso da Formação Continuada, a menção aos documentos do Banco Mundial se deu devido ao seu caráter geral de abordagem, tomando a Educação como um bem comum a todos, que necessita de qualidade para ser eficiente.

Certamente os professores desenvolvem sua profissionalidade primeiro na graduação e curso de formação inicial, nas relações pessoais com os alunos, e com o aprendizado nos estágios, mas é imprescindível ter-se clareza que é preciso aprimorar-se na prática e hoje os professores aprendem muito compartilhando sua profissão, desafios e problemas no contexto de trabalho.

É no exercício e âmbito escolar de fato que o professor produz sua profissionalidade. Dessa forma Batista e Pesce (2014) têm explicado:

Aprender a conhecer (adquirir os instrumentos da compreensão), aprender a fazer (para poder agir sobre o meio envolvente), aprender a viver juntos (a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas), aprender a ser (via essencial que integra as três precedentes em razão da autonomia (BATISTA; PESCE, 2014, p. 5).

Para um melhor entendimento acerca do tema na perspectiva do autor Libâneo (2004, p. 34-35) a ideia principal da Formação Continuada é feita pela participação e gestão do trabalho escolar. Os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente e democraticamente, formular o projeto político pedagógico, compartilhar com os colegas demandas e preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumirem coletivamente a responsabilidade pela escola.

Certamente, os educadores ao investirem no seu desenvolvimento profissional e conhecimento, conseqüentemente estarão atualizados e inteirados dos diversos assuntos e saberes, frente a um mundo globalizado que sofre constantes mudanças e transformações nos diversos segmentos.

Partindo deste pressuposto é necessário repensar alguns conceitos relacionados às crescentes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade atual com o uso da tecnologia e das mídias digitais a escola vem sendo um campo de constante mutação, e que reflete diretamente no ensinar, no papel e desempenho central do educador, pois ele necessita estar seguindo e acompanhando simultaneamente estas mudanças que ocorrem, se capacitado profissionalmente.

É preciso estabelecer metas, estando munido de um conhecimento contemporâneo percussor de uma educação transformadora, que transmita um conhecimento condizente com a realidade. Portanto, dessa forma entende-se que o professor é sem dúvida integrante responsável pela mudança de atitude e pensamento dos alunos.

4.2 Interfaces da atuação docente em um mundo globalizado e digital

O professor da atualidade tem sido classificado como o profissional mediador, ou seja, aquele com condições de mediar a descoberta e a construção de diferentes conhecimentos, necessita fugir do tradicionalismo estando preparado para acompanhar os novos avanços, enfrentando os crescentes desafios ao lidar com uma nova geração, que possui contato direto e constate com as novas tecnologias e fontes de acesso ao conhecimento.

Sendo assim, não podemos deixar de citar uma das principais delas; a internet, que hoje é tida como a maior fonte de pesquisa. A internet, atualmente, é utilizada como fonte de estudo e pesquisa para diversos assuntos a qualquer momento, é uma biblioteca virtual onde se consegue extrair diversos tipos de informações e trabalhos, sejam eles escolares ou acadêmicos, mas ainda assim, existem questionamentos que permeiam hesitação sobre esta prática, é necessário verificar e confirmar se as informações extraídas nos sites de busca são confiáveis e possuem boas fontes, pois o real objetivo da pesquisa é responder aos questionamentos de forma clara, coesa e fidedigna.

Apesar da internet ser um excelente recurso norteador de estudo como dito anteriormente, e que facilita a vida dos estudantes do século XXI, ainda é importante colocar a escola como o principal e verdadeiro local de aprendizagem e mostrar a relevância da profissão do professor.

A sociedade deve perceber a sua importância valorizando o profissional da educação, é na escola que se formam seres pensantes e críticos, os profissionais da educação são os responsáveis por conduzir os alunos a conhecer conteúdos, mas não como verdade absoluta, pois, a verdadeira aprendizagem é aquela que emancipa, traz criticidade ao sujeito e o faz questionar perante um mundo cheio de respostas prontas.

Segundo Freire (1996, p. 26), nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado ao lado do educador igualmente sujeito do processo.

Um dos principais objetivos da Educação é fazer com que as pessoas se sintam capazes de realizar coisas novas, se tornarem inovadoras e criativas, e não reproduzirem algo que lhes é oferecido. É preciso resistir, especular, investigar e criticar na tomada de decisões, sabendo opinar no momento oportuno.

O professor precisa conseguir identificar o conhecimento tácito e as experiências vividas por seus alunos, ou seja, aquilo que é espontâneo, intuitivo, experimental, onde revelam o conhecimento adquirido no cotidiano em que estão inseridos, somente à partir disto, então, é que o professor poderá introduzir o conhecimento com base no contexto onde este aluno está inserido, sendo assim, conseqüentemente o resultado será importante e significativo para ambas as partes no processo ensino/aprendizagem.

A escola deve ser considerada como o principal espaço de trabalho e formação dos professores, porque se o real objetivo da formação continuada é formar professores reflexivos que rompem com visões do passado e promovem o pensamento crítico, elementar seria usar o próprio espaço de trabalho.

A possibilidade de buscar cursos, atualizações e especializações não devem em hipótese alguma serem descartadas, pelo contrário, são essenciais, mas é fundamental que o educador possua em sua mente que a sua formação acontece na práxis do dia a dia, frente à realidade da cultura organizacional da escola.

A qualidade da formação continuada para professores não está associada ao número de cursos feitos ou à quantidade de simpósios, congressos e reuniões em que participou, mas, sim, à capacidade de transformar o profissional em um mediador para os alunos.

Para Sanmartí (2009, p. 21) “[...] ensinar, aprender e avaliar, são na realidade, três processos inseparáveis”. Por este motivo é essencial o educador repensar a sua prática pedagógica, essa necessidade de auto-avaliação sobre sua didática e metodologia faz com que o seu ensinar seja aprimorado para obter o resultado final

de qualidade que nada mais é do que a apreensão dos conhecimentos adquiridos pelo aluno.

É importante destacar que na atualidade em meio às transformações sociais não basta ser somente um bom professor, mas assumir a responsabilidade de se tornar o melhor, buscar conhecimento, se atualizar, possuir características inovadoras, traçar metas de aprendizagem com ações educativas de qualidade, faz-se necessário possuir este perfil profissional para se chegar à níveis de excelência.

Os professores necessitam atualizar-se continuamente ao longo de sua carreira. O conhecimento e estudo nunca são considerados demasiados quando a mente deseja aprender. Estamos em tempos em que a evolução caminha a passos largos numa escala que perpassa entre as perspectivas de inovações a todo tempo, portanto num contexto geral, o professor precisa buscar condições de redirecionar e aprimorar a sua prática com sagacidade.

A sociedade também se transforma dia após dia e cobra deste profissional a qualidade e resultados dentro das demandas da educação. Necessita-se urgentemente de capacitação para enfrentar desafios postos na escola e na sociedade

As relações pessoais e de trabalho sejam em quaisquer campos ou quaisquer áreas dos mais variados segmentos, necessitam de pessoas que sejam espontâneas, proativas e que se relacionem socialmente interagindo com os demais e principalmente com os alunos, entendendo a criança e toda a sua especificidade.

Segundo Demo (2007, p. 11) “investir na qualidade da aprendizagem do aluno é, acima de tudo, investir na qualidade docente”. O investimento citado por Demo se refere à formação continuada que acontece dentro e fora do âmbito educacional.

Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos.

Portanto, é preciso delimitar ações de trabalho coletivo, trabalhar de forma dinâmica e atrativa, lidando com os eixos norteadores que constroem a Educação de

qualidade, como a inclusão, e a diversidade, sabendo conciliar as possibilidades e desafios dentro das propostas lúdicas e interdisciplinares.

5. CAPÍTULO II - IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PNAIC

Para que a criança consiga avançar nas etapas de desenvolvimento e aprendizagem, a leitura e escrita se tornam essenciais e precisam ser bem trabalhadas pelo educador desde os anos iniciais. Sabe-se que a criança não é uma tabula rasa ao chegar à escola, desde a etapa base a própria já possui a leitura de mundo que lhe permite associar imagens da própria vivência ao que está escrito, conseqüentemente a leitura flui com a junção de sílabas que lhes possibilitam formar as primeiras palavras.

Soares (2004), considerada uma das grandes referências nos estudos educacionais, apresenta os conceitos de alfabetização e letramento como distintos, porém indissociáveis. A proposta precisa fazer-se significativa para as crianças.

O educador deve possuir uma formação ancorada em uma didática inovadora capaz de facilitar este processo e nortear o trabalho pedagógico de forma lúdica e irreverente, para tanto o MEC (Ministério da Educação e Cultura) se atentou sobre possíveis falhas existentes com as notas insatisfatórias obtidas nas escolas públicas através da avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), visto que muitas crianças ainda possuíam dificuldades de leitura e escrita no ensino fundamental e por muitas vezes não conseguiam aprofundar-se para prosseguimento dos estudos e avanço para as demais séries.

Entre os anos de 2000 e 2010, a taxa de analfabetismo no Brasil, até os 8 anos de idade caiu 28,2%, com variações entre os estados da federação alcançando uma taxa de alfabetização média de 84,8% segundo dados do (IBGE, 2010). Apesar deste avanço, constatou-se no mesmo Censo (IBGE, 2010) que existiam variações regionais como, por exemplo, taxa de analfabetismo de 27,3% na Região Norte e 25,4% na região Nordeste. A partir destes dados cabe ressaltar a seguinte indagação: "A criança possui apropriação e domínio da leitura e escrita? Tratava-se de uma reflexão de uma medida a ser estabelecida. Não é somente uma simples pergunta, mas está associada à um problema mais amplo e intenso em todo país.

O Brasil ainda é um país considerado em desenvolvimento por estas e outras lacunas sociais existentes que o distingue das potências mundiais. Em se tratando de evolução, é um país que para crescer socialmente em igualdade, emerge a implementação de ações e políticas públicas educacionais a fim de restabelecer o progresso no que diz respeito à Educação.

A partir destas análises foi criado o PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa um programa cujo compromisso formal assumiu-se pelos governos; Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, no âmbito do MEC (Ministério da Educação e Cultura) a fim de sanar estas dificuldades dos alunos propondo uma formação continuada aos professores alfabetizadores. O PNAIC foi instituído em 5 de julho de 2012, no diário oficial da União, pelo ministro de Educação na época Aloizio Mercadante Oliva, e teve seu lançamento em 8 de Novembro do mesmo ano pela então presidente Dilma Rousseff no Palácio do Planalto em discurso ao vivo fazendo parte da estratégia, divulgação e mobilização do programa em transmissão para todo Brasil.

O PNAIC foi criado para atender a demanda de alfabetização na idade certa e faz-se posteriormente uma afirmação à Meta de número 5 do Plano Nacional da Educação (PNE) Lei nº 13.0005/2014, que estabelece e reforça a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até os 08 anos de idade ao final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”.

O programa Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi criado no Brasil pelo governo em parceria com o MEC pensando justamente na qualidade da alfabetização como *lócus* principal na educação e conseqüentemente no futuro dos alunos que se encontram no processo de aprendizagem da leitura, alfabetização e letramento.

O PNAIC foi estimado na época ser um programa proveniente das políticas públicas educacionais brasileiras, que enfatizam e emergem ultimamente algumas medidas a serem tomadas em função de uma educação que vá além do âmbito escolar e que esteja atrelada à implementação de programas de formação continuada de professores.

A função da implementação do PNAIC (2012) explicitada em seu manual assegura a alfabetização na idade certa para que não germine lacunas no processo de desenvolvimento da leitura e escrita para que portanto, todas as crianças brasileiras sejam de fato alfabetizadas até os oito anos de idade, final do 3º ano do ensino fundamental, esta feita constitui-se também como um compromisso do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Vale lembrar que anteriormente o programa utilizado anteriormente pelo MEC era o Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação – em 2005. Foi também um programa de formação continuada de professores em função da melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa foi realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios pela constatação do próprio MEC na necessidade de melhorar os resultados obtidos na prova (SAEB) Sistema de Avaliação de Educação Básica no ano de 2003 que também obteve bons resultados.

O MEC considerou o Pró-Letramento programa bem sucedido ao investigar sobre informações mediante avaliações dos alunos à partir das mensurações do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, novos índices analisados relatavam a melhoria obtida nos resultados do rendimento escolar dos estudantes. Esse fato foi uma referência importante para implementação do PNAIC.

A legislação delimita que o pacto (PNAIC) foi instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012, neste documento se encontram prescritas as diretrizes gerais deste programa governamental.

No PNAIC, os entes governamentais (governos federal, do Distrito Federal, estados e municípios), comprometem-se legalmente a:

- I. Alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática.
- II. Realizar avaliações anuais universais, aplicadas pelo Inep, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental.
- III. No caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação (BRASIL, s.d., p.11).

Sobre a participação dos professores alfabetizadores que desejavam se capacitar participando do programa, é relevante destacar que a portaria nº 1.458 de 14 de dezembro de 2012, definiu categorias para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do PNAIC; a medida provisória nº 586 de 8 de novembro de 2012 dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do pacto e, a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, define o valor das bolsas dos participantes da formação continuada do Pacto.

Na portaria nº 867 de 4 de julho de 2012 é relevante destacar três dos objetivos do Pacto Nacional elencados no artigo 5º:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (PORTARIA Nº 867, Art. 5º, 2012).

Em se tratando da formação continuada é necessário repensar novas práticas, inovar para que os professores estejam preparados motivados, comprometidos e envolvidos no processo de alfabetização, possuindo um conhecimento especializado e abrangente. No que se refere às ações previstas para o Pacto, elas compreendem os quatro seguintes eixos apresentados no artigo 6º da portaria nº 867/2012:

- I- Formação continuada de professores alfabetizadores;
- II- Materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais;
- III- Avaliação e;
- IV- IV- gestão, controle e mobilização social.

Através da portaria nº 867/2012, pode-se observar que a questão da formação continuada de professores permeia simultaneamente com a perspectiva de avaliação, pois se mostram através de pontos estratégicos do referido programa. No ano de 2013, os professores participaram de um curso presencial com carga horária de 120 horas, objetivando articulação com componentes com ênfase na linguagem. Em 2014 o curso teve duração de 160 horas com objetivo de

aprofundamento e ampliação dos temas tratados em 2013 tendo como foco a articulação entre diversos componentes curriculares dando ênfase à Matemática.

Em 2015 as ações do PNAIC foram implantadas em todas as áreas do currículo da Educação Básica em âmbito nacional. Essa formação teve início com a formação dos formadores IES (Instituições de Educação Superior) nas universidades parceiras. O PNAIC aperfeiçoou-se otimizando seus processos no módulo Sispecto, (Sistema de Monitoramento do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa), sistema integrado de monitoramento, execução e formação e Simec (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica) implantado na época que pôde ser acessado com o uso da internet a qualquer momento e de qualquer computador, proporcionando agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PNAIC.

Faz-se necessário aqui o esclarecimento quanto à permanência dos participantes do PNAIC de 2014 pelas instituições públicas e os entes governamentais pactuados que automaticamente já ficaram cadastrados para a nova etapa em 2015.

5.1 Sobre Remuneração

Para fins de participação da Formação e recebimento das bolsas, considera-se professor alfabetizador o profissional que atenda os seguintes requisitos; I – Estar cadastrado no Censo Escolar do ano anterior no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores. II – Estar no exercício da função docente de turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental e/ou nas classes multisseriadas ou multietapa de alunos desses anos. Serem profissionais do magistério efetivo da rede, ser formado em Pedagogia ou ter Licenciatura e atuarem no mínimo três anos nas séries iniciais do ensino fundamental, como professor ou coordenador pedagógico cumprindo critérios e requisitos documentalmente comprovados pelo orientador à Secretaria de Educação do Município.

Os orientadores são escolhidos em processo de seleção pública e transparente, livres de grau de parentesco e proximidade pessoal, respeitando estritamente os pré requisitos básicos para a função e experiências exigidas

respeitando os seguintes requisitos: I; Ser professor efetivo da rede pública e ensino que promove a seleção. II; Ter sido tutor do programa Pró-Letramento anteriormente citado neste trabalho ou ter participado do PNAIC em anos anteriores. III; Ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores

Quanto à remuneração e pagamento das bolsas dos professores participantes a portaria nº 1.458/2012 dispõe sobre que a bolsa dos professores alfabetizadores será financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e sobre os respectivos valores a portaria nº 90 de 6 de fevereiro de 2013, no artigo 1º, incisos I e II respectivamente, definem os seguintes valores; bolsa de R\$ 200,00 (duzentos Reais) para os professores alfabetizadores e de R\$765,00 (setecentos e sessenta e cinco Reais) para os professores orientadores.

Sucedendo ser um valor considerado irrisório ou ainda assim decretado “ajuda de custo” percebe que o fato de receber algo do governo em função do progresso da Educação, dá visibilidade e valorização ao trabalho docente classificando um avanço na época de reconhecimento na política de formação docente pelo MEC.

Os coordenadores de ações do PNAIC do Distrito Federal, nos estados ou nos municípios serão indicados pela Secretaria de Educação e deverão atender aos seguintes requisitos cumulativos: I; Ser servidor efetivo da secretaria de Educação. II; Ter experiência na coordenação de projetos ou programas federais; III; Possuir amplo conhecimento nas redes de escolas, dos gestores escolares e dos docentes envolvidos no ciclo de alfabetização. IV; Ter capacidade de se comunicar com os atores locais envolvidos no ciclo de alfabetização. V; Ter familiaridade com os meios de comunicação virtuais.

Exclusivamente as Universidades Federais de cada município ficarão sucumbidas de fornecer e divulgarem o curso do PACTO na sua respectiva unidade. O coordenador geral da IES (Instituição de Ensino Superior) receberá o valor de R\$2.000,00 (Dois Mil Reais), o coordenador adjunto da IES: R\$ 1.400,00 (Mil e Quatrocentos Reais) ao supervisor da IES: R\$1.200,00 (Mil e Duzentos Reais) ao formador da IES o valor de R\$ 1.100,00 (Mil e Cem Reais).

A divergência na comparação valorativa se estabelece nitidamente já que os professores cursistas do referido programa anteriormente denominado Pró-Letramento não recebiam sequer nenhuma ajuda de custo causando certo detrimento do incentivo à capacitação profissional continuada porque muitos Educadores ao se deslocarem de suas residências, municípios ou por muitas vezes da zona rural tinham gastos com transporte, alimentação e por muitas vezes com hospedagem e esse valor seria de suma importância para suprir todas estas necessidades financeiras que viabilizavam continuidade a este trabalho.

Vale aqui destacar que o PACTO era realizado fora do expediente e jornada de trabalho do professor e na maioria das vezes acontecia aos sábados ou fora do horário letivo, com duração de 20 horas semanais com carga horária total de 100 horas. Percebe-se pelos relatos de alguns participantes do programa explicitado (no caderno 10 Integrando Saberes) que o mesmo foi algo fascinante, pois mesmo com a jornada dura de trabalho semanal e as dificuldades enfrentadas para que os mesmos comparecessem à capacitação o interesse e motivação era tal qual que fazia com que os mesmos tivessem o comprometimento com a Educação em si na perspectiva de melhorar o seu trabalho docente saindo do local com idéias á serem colocadas em prática de forma imediata.

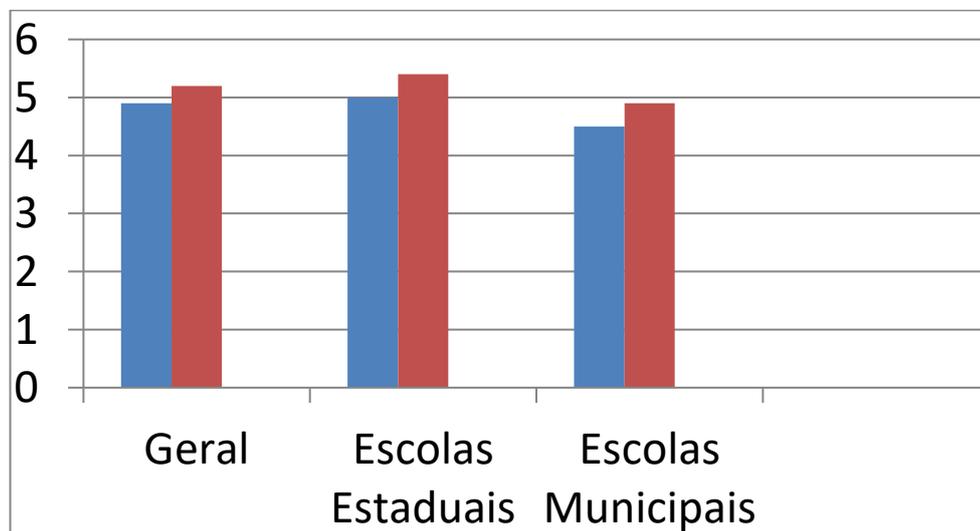
A atenção e direcionamento dos recursos destinados a estes cursos se tornam cada vez mais escassos mediante cada troca de poder visto que repetidamente não é algo atrativo nas concepções governamentais que buscam na maioria das vezes em seus planos de governo economicamente dizendo; a redução de custos, investimentos e proficuidade dos mesmos, além do mais formar cidadãos críticos e conscientes despertam certo receio, visto que a sabedoria rebela-se contra o sistema opressor capitalista ocasionando empoderamento e autonomia social.

A valorização destes educadores precisa partir do compromisso do governo para com os mesmos. As instituições de ensino ganham muito ao possuírem em seu quadro de professores um profissional capacitado que busca sempre a formação continuada e possui apoio e recursos suficientes para realização de um bom trabalho. Ao aprimorarem sua didática os professores certamente desenvolverão positivamente o seu trabalho pedagógico que proporciona a qualidade de ensino e

aprendizagem de seus alunos, contribuindo juntamente para o progresso da Escola e todos os seus segmentos.

Obviamente cabe destacar que na época houve vários aspectos positivos e vários desafios que se colocaram em questões a serem ajustadas e revistas. A principal delas seria o compromisso dos dirigentes que estavam à frente das escolas estaduais e municipais à divulgação e distribuição do material pedagógico do referido programa que chega às escolas fomentando e mobilizando a participação efetiva de seus professores neste processo tão importante de formação continuada em benefício da qualidade do ensino com a promoção dos princípios do programa em sua escola.

A meta do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) proposta para os anos iniciais do ensino Fundamental no ano de 2013 era de 4.9, através do PNAIC e sua implementação estas metas aumentaram nacionalmente para 5.2. A média das Escolas Estaduais com meta de 5.0, obteve nota de 5.4 e Escolas Municipais com meta a ser atingida de 4.5, obteve nota 4,9. Conforme gráfico abaixo:



Os resultados foram satisfatórios e significativos, mas o trabalho ainda não tinha acabado, pois em 2015 seriam iniciadas novas reflexões do Pacto nas diversas áreas de conhecimento em função de todas as crianças brasileiras. O PNAIC foi, sem dúvida, uma perfeita estratégia de um governo no campo da Educação na época o qual não podemos deixar de reconhecer a sua importância e frisar que

deveria ser um programa contínuo e que permanentemente exercesse um trabalho contínuo incentivando a capacitação profissional e formação continuada docente, aprimorando assim o trabalho pedagógico, traçando novas metas de aprendizagem e didática em benefício do processo de ensino aprendizagem dos alunos.

5.2 Metodologias e Materiais Usados no Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa

O material usado no ano de 2015, analisado em tese, apresenta os conteúdos do terceiro ano do programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC. Este material se encontra na sua maior completude por esta razão se fez a análise do mesmo.

Em 2012, muitas universidades começaram a constituir as equipes de formação que atuaram nos mais de 5 mil municípios que aderiram às ações do programa PNAIC. Foi um momento de aprendizado para todos os participantes: gestores, coordenadores, supervisores, orientadores e professores devido a dimensão do programa e a universalidade de seu alcance. Recapitulando, o PNAIC do ano de 2013 ficou marcado pela implantação deste projeto de grande escala: o maior programa de formação de professores já desenvolvido pelo Ministério da Educação – MEC.

Em 2014, o trabalho de formação delimitou ênfase na Matemática, não abandonando o trabalho desenvolvido anteriormente com a Língua Portuguesa. Adiante o processo exigiu articulação entre as universidades parceiras e o MEC, possibilitou a manutenção das equipes de formadores de Linguagem, trabalhando conjuntamente com equipe de formadores de Matemática inovando e dando continuidade às duas áreas.

Com as reuniões entre as Universidades o MEC, optou-se por considerar a interdisciplinaridade como a baluarte do trabalho de formação no ano de 2015, mantendo as discussões nas especificidades das diferentes áreas.

O material do PNAIC de 2015 especialmente em específico contou com a opinião de todos os profissionais das universidades convidados que elaboraram a dinâmica de trabalho indicando autores e leitores críticos para sua construção

perpassando a tônica da interdisciplinaridade. O material tratou-se de um conjunto de 12 cadernos, sendo um caderno de Apresentação, um caderno de Princípios de Gestão e a Organização do Ciclo de Alfabetização e 10 cadernos de formação.

Pesquisando especificamente o material do ano de 2015, o mesmo mostra um conjunto de cadernos que se subdividem organizados em 10 unidades, totalizando 80 horas, fora o seminário de encerramento do mesmo que são acrescidas 08 horas. Abaixo segue uma amostra das 10 unidades, sua carga horária e seus respectivos títulos de apresentação.

Quadro 01: Material PNAIC

Unidade	Horas	Título do Caderno
01	80	Currículo na Perspectiva da Inclusão e da Diversidade: as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
02	80	A criança no ciclo de Alfabetização
03	80	Interdisciplinaridade no ciclo da Alfabetização
04	80	A organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização
05	80	Organização da ação docente: a oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização
06	80	Organização da ação docente: a arte no ciclo de alfabetização
07	80	Organização da ação docente: alfabetização matemática na perspectiva do letramento
08	80	Organização da ação docente: ciências da natureza no ciclo de alfabetização
09	80	Organização da ação docente: ciências humanas no ciclo de alfabetização
10	80	Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa: integrando saberes

No caderno de apresentação do material de formação do PNAIC de linguagem foi ressaltado que ser alfabetizado é muito mais do que dominar apenas rendimentos.

Estes rendimentos se fazem além da apreensão e domínio da leitura e escrita. O leitor alfabetizado é aquele que além da leitura e escrita se apropria socialmente compreendendo a mensagem descrita nos textos pois há existência de pessoas analfabetas funcionais, que lêem mas não se apropriam do conhecimento e informações descritas por exercerem uma leitura rudimentar.

Isso se dá pela falha na alfabetização que não foi trabalhada de maneira correta. Neste contexto, seguindo a respeito dos cadernos, os mesmos trazem todo um roteiro que aborda conceitos importantes de linguagem e matemática, interdisciplinaridade, ciclo de alfabetização, diversidade, ciências humanas, organizações das ações docentes entre outros que permitem ao educador utilizar métodos e técnicas para atender os objetivos da Educação e auxiliar no processo de ensino aprendizagem tendo em vista eixos norteadores de todo trabalho.

A prática da flexibilidade pautada na teoria e prática em sala de aula para reelaboração das mesmas viabiliza a construção da identidade profissional, a socialização, o fortalecimento do saber mediante grupos de estudo o engajamento e a colaboração que são aspectos valorativos que permitem ao Educador conceber um aprendizado que permita exercer a participação, o respeito, a apropriação, a solidariedade e conseqüentemente a potencialização do conhecimento. A perspectiva do currículo inclusivo é contemplada por meio da defesa dos direitos de aprendizagem de toda criança. Existem cinco princípios centrais que orientam a concepção dos Cadernos de Formação:

- ✓ Perspectiva de um currículo inclusivo, que defende os Direitos de Aprendizagem de todas as crianças, fortalecendo as identidades sociais e individuais.
- ✓ Integração entre os componentes curriculares;
- ✓ Foco central na organização do trabalho pedagógico
- ✓ Seleção e discussão de temáticas fundantes em cada área do conhecimento
- ✓ Ênfase na alfabetização e letramento das crianças

6. CAPÍTULO III - APRESENTAÇÃO SINTETIZADA DOS CADERNOS PNAIC 2015

6.1 Caderno Unidade nº 1

O caderno traz como título o “Currículo na Perspectiva da Inclusão e da Diversidade: As diretrizes curriculares Nacionais da Educação Básica e o Ciclo de Alfabetização” que reflete sobre o currículo das escolas e pressupostos teóricos-metodológicos compreendendo a importância da diversidade linguística e desafios na melhoria da Educação.

Como observa Pacheco (2005, p. 35), “[...] o lexema currículo encerra duas idéias principais: uma de sequência ordenada, outra de noção de totalidade de estudos”.

O material deste caderno visa orientar aos professores sobre refletirem sobre os principais pressupostos teórico-metodológicos do currículo no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e acerca dos diferentes espaços-tempos de criação do currículo no cotidiano escolar, aprofundar a compreensão sobre os princípios e os fundamentos da organização escolar em ciclos, refletir acerca dos direitos de aprendizagem no Ciclo de Alfabetização, aprofundar a concepção de avaliação defendida neste programa de formação continuada, compreender a importância das práticas avaliativas inclusivas no currículo, refletir sobre os desafios e as possibilidades do Ciclo de Alfabetização para as escolas do campo, dialogar limites e perspectivas da organização curricular das escolas multisseriadas, ampliar os conhecimentos sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, dialogar com práticas pedagógicas realizadas em turmas, compreender a importância da diversidade linguística no Ciclo de Alfabetização, as implicações dessa diversidade para o currículo e seus desafios na melhoria da educação básica.

Na perspectiva do PNAIC, a inserção das crianças em situações desafiadoras e contextualizadas para o efetivo uso da linguagem escrita não pode prescindir da compreensão, por elas, dos princípios do sistema de escrita alfabética. Ao contrário, a autonomia na leitura e na escrita é tida como condição necessária à ampliação de

suas práticas de letramento e ao aprofundamento de seus conhecimentos nas diversas áreas.

A manifestação cultural da dança, música e ritmo, assim como o malabarismo da língua para vocalizar rapidamente os trava-línguas, podem ser considerados como parte dos universais humanos e, por essa razão, todos temos essas “tendências” desde que nascemos.

Dessa forma, a apropriação de atividades que valorizam e integram esses universais humanos pode propiciar um transcurso natural para a criança partir do que ela já tem, como natureza humana, para a educação fundamental formal e escolar. E ao conhecer as origens dessas manifestações culturais, com semelhanças e diferenças, a criança não vai estranhar nem discriminar pejorativamente as identidades individuais e coletivas. Para favorecer tais apropriações, os professores dos primeiros anos podem incorporar contextos ou aplicações matemáticas. O caderno traz exemplos de atividades adaptadas para se trabalhar em sala de aula no sentido inclusivo trabalhando a diversidade.

6.2 Caderno Unidade nº 2

“A criança no ciclo de Alfabetização” apresenta discussões em torno do tema provocando debates sobre a necessidade de desenvolver no ambiente escolar ações pedagógicas, defendendo a compatibilidade entre ser criança e ingressar no mundo da cultura e escrita tendo como objetivo de refletir os conceitos de “criança” e infância”. Destaca a compreensão das suas relações socioculturais reconhecendo a importância da afetividade, educação no campo, processo da inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental e a transição dela para segunda etapa da Educação Básica, reconhecendo compreendendo a necessidade de se reconhecer as crianças como seres humanos completos.

Compreende a criança pluralmente enquanto produtos das relações socioculturais, valoriza a importância do lúdico no desenvolvimento infantil, dentro do processo educativo da criança, analisa e compreende a escrita e a infância como construções sociais e como conceitos complementares e inter-relacionados além de refletir sobre infância e educação inclusiva como direito de todos discutindo alguns

pressupostos sobre a Educação do Campo e as identidades sociais das crianças do campo, faz-se fundamental que os educadores reconheçam a importância da afetividade na sala de aula e na escola, compreendendo a necessidade de um olhar integral sobre a infância.

O caderno é composto por sugestões, planejamento e seqüência de atividades, com utilização de um dos livros do acervo de Obras Complementares palavra cantada, jogos de alfabetização, livros de adivinha, musicalização, brincadeiras, enfim, o “ser” criança em si. Delimita sugestões de leitura dos textos “Infância e Educação Inclusiva como Direito de Todos” e “Identidade, Escola e Educação do Campo” e constrói um esquema de cada texto, contendo as suas principais idéias, para serem discutidas nos demais encontros.

A atividade para o educador aplicada sugeriu escrever um artigo de opinião a ser lido para colegas do grupo no próximo encontro, sobre o seguinte tema: “A criança é um ser total, completo, indivisível”.

A atividade para casa foi a sugestão da leitura de uma das obras indicadas na Seção “Para aprender mais” e elaborar uma questão a ser discutida no próximo encontro também vivenciando a seqüência didática ou atividade planejada com utilização de um dos livros do acervo de Obras Complementares indicados na atividade 4 do momento 2, para socializarem no próximo encontro.

A finalidade deste caderno foi a compreensão da pessoa humana como um ser integral constituído de várias dimensões, a partir de uma trama dinâmica e complexa, e que a escola, como um dos contextos de desenvolvimento de crianças e jovens, tem mesmo que não se queira admitir a responsabilidade pela formação integral desses alunos.

Esta unidade apresentou que as dimensões e a pessoa humana se constituem fortemente relacionadas. Isso significa que, ao cuidar de uma dessas dimensões, estaremos também naturalmente ajudando a desenvolver as outras. Neste caso, se inteligência e afetividade se constroem reciprocamente, numa relação complexa e de interdependência, pode-se apostar também em uma

sequência invertida, isto é, mostrou que o êxito intelectual do aluno pode ter um impacto muito positivo em sua vida afetiva.

Quanto melhor a condição de desenvolvimento que a escola promove, tanto maior o refinamento das trocas afetivas na direção do respeito, da colaboração, da solidariedade, da dignidade e da valorização de cada um, algumas atitudes e posturas dos professores ajudam a fortalecer a autoestima, a autoconfiança e o autoconceito do aluno e devem ser trabalhadas e usadas para fomentarem a aprendizagem significativa e potencializar a função cognitiva, pois alimentam sentimentos positivos sobre eles mesmos e sobre a criança no ciclo de alfabetização.

A afetividade deve ser canalizada para produzir conhecimento, não há como negar que, na escola, professores e alunos são, sim, sujeitos de afeto. O professor desempenha o papel de mediador entre os alunos e o conhecimento e essa mediação será de natureza tanto afetiva como cognitiva. Então o correto não é negar a importância da afetividade na sala de aula, ou usá-la apenas como explicação para problemas trazidos pelos alunos de suas casas e famílias para dentro da escola, mas, sim, de reconhecê-la e usá-la a favor do desenvolvimento integral desses alunos.

O material conta no final com relatos de professoras comprometidas com sua prática e das experiências com seus alunos que revelam que apesar das dificuldades do exercício docente nas escolas brasileiras conseguiram êxitos por estarem abertas a querer o bem de nossos alunos e aprimorar a nossa própria prática educativa.

Concluindo o material mostra que a afetividade e cognição, ou cognoscibilidade, como gostava de dizer Freire, não são excludentes, a afetividade não pode nos assustar, pois é preciso coragem para expressá-la e assumi-la, a cada dia, em sala de aula. Não precisamos de receitas prontas ou complicadas; precisamos apenas cumprir nosso papel com responsabilidade, compromisso, tolerância, respeito mútuo, confiança recíproca e sentido de humanidade.

6.3 Caderno Unidade nº 3

Em “Interdisciplinaridade no Ciclo de Alfabetização” traz questões conceituais como a reflexão sobre a difícil tarefa de articular as diversas áreas do conhecimento no processo de alfabetizar letrando. Os objetivos deste caderno são: compreender o conceito de interdisciplinaridade e sua importância no ciclo de Alfabetização, o currículo e a avaliação como perspectiva interdisciplinar conhecendo as possibilidades do uso da leitura e trabalho pedagógico interdisciplinar.

A interdisciplinaridade não é um tema novo ou atual nas escolas, nem no cenário educacional, desde a década de 1960 vem se discutindo e reivindicando-se este debate que deva ser considerada como prática em sala de aula.

O trabalho com a interdisciplinaridade ainda parece ser um desafio para o professor, porém este caderno considerou que a organização das atividades por meio de seqüências didáticas pode ajudar o docente a desenvolver um trabalho mais integrador.

A complexidade da realidade do aluno exige que uma visão específica e ao mesmo tempo ampla em torno do objeto de conhecimento seja estabelecida. Para que o aluno construa sua aprendizagem, o mesmo necessita ser ativo nesse processo. Assim ensinou-se neste material que o professor deve propor situações didáticas que levem os alunos a resolverem problemas específicos e sistematizar seus conhecimentos por meio de atividades que apresentem graus de complexidade distintos.

Os projetos literários aqui são discutidos principalmente para estudo voltado para jornais e notícias que surgem a partir de uma discussão sobre as histórias. As atividades aproveitam para problematizar se todas as histórias contadas são imaginárias, por meio das perguntas: “Será que existem textos que narram fatos reais?”; “Quem narra histórias são apenas autores de livros de literatura?”; “As histórias para serem narradas devem ter acontecido há muito tempo ou podemos ler sobre histórias e fatos atuais, que acontecem em nosso dia a dia?”; “Onde encontramos textos que narram fatos reais que acontecem em nosso dia a dia?”.

Todos estes questionamentos levarão as crianças a pensarem e a relacionarem a sua realidade para composição de suas próprias histórias.

6.4 Caderno Unidade n º 4

“A organização do Trabalho Escolar e os Recursos Didáticos na Alfabetização” tem como objetivo focar nos recursos didáticos como auxiliares no processo de alfabetizar letrando. Reflexão sobre os livros didáticos e seus usos, critérios, obras literárias complementares, jogos e o uso de tecnologias digitais.

Os objetivos deste caderno visam compreender diferentes necessidades e elementos essenciais para a organização do ensino na alfabetização como analisar e elencar critérios para a seleção e utilização de livros didáticos conhecendo as diferentes possibilidades de uso de obras complementares e livros literários na alfabetização, o planejamento de atividades com jogos didáticos existentes nas escolas, bem como em situações de jogos elaborados coletivamente pelas crianças, a exploração de atividades de alfabetização que envolvam novas tecnologias digitais, com uso de computadores e internet.

O material traz a relevância de pesquisar textos em prosa e versos, explorando imagens de livros, organizando ambientes de leituras atrativos para as crianças. Com base na análise do material a formação continuada no âmbito do PNAIC, apoiada por materiais pedagógicos enviados pelo MEC favoreceu os professores a experimentarem o trabalho interdisciplinar mais efetivo do que se tinha até então.

Ficou claro também nesta unidade que os recursos didáticos, quando não disponíveis, podem ser criados por meio de materiais reciclados com ideias que ao longo da experiência vão se consolidando naturalmente mediante a necessidade.

Reconhece no entanto, que, apesar das dificuldades, a vontade de fazer dos professores, molda-se num processo de maior amadurecimento, que compreende-se como sendo de ampliação dos conhecimentos sobre “o como fazer” frente à complexidade.

Trata componentes diversos no Ciclo de Alfabetização de forma positiva a fim de auxiliar este exercício de trabalhar agregando áreas diferentes dos currículos, e ainda materiais pedagógicos também diversos.

6.5 Caderno Unidade nº 5

“A Oralidade, a Leitura e a Escrita no ciclo de Alfabetização”, trata-se de uma retomada e aprofundamento dos conceitos abordados de dois anos anteriores de formação do PNAIC que não se trata de apenas enfatizar que a alfabetização é somente o processo em que as crianças aprendem a ler e escrever, mas também a falar e a escutar em diferentes contextos sociais, representando os meios de apropriação dos conhecimentos relevantes para a vida.

O material desta unidade visou refletir sobre a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento e suas implicações para a ação docente, analisar práticas alfabetizadoras, apreendendo os princípios pedagógicos subjacentes a elas, planejar o ensino no Ciclo de Alfabetização, para garantir os direitos de aprendizagem das crianças, refletir sobre as inter-relações entre oralidade e escrita, e reconhecer a diversidade e a heterogeneidade de gêneros discursivos escritos e orais, e suas implicações no trabalho pedagógico do componente Língua Portuguesa, no Ciclo de Alfabetização.

Visou nesta unidade se compreender também que os usos do oral e do escrito complementam-se nas práticas de letramento, a fala e a escrita se relacionam em vários níveis, dos aspectos sociodiscursivos aos aspectos notacionais.

O material ressalta que o ensino da Língua Portuguesa, ao longo da história da Educação brasileira, tem passado por muitas mudanças, que abrangem desde a definição dos objetos de ensino até os modos de ensinar. Em relação à alfabetização, as transformações têm sido realizadas em meio a embates frequentes sobre o que é alfabetizar e quais são as melhores estratégias para garantir a alfabetização das crianças. São abordagens sintéticas, que privilegiam o treino motor e perceptual, disputam espaço com abordagens mais enunciativas, que

privilegiam a reflexão e a inserção do aprendiz nas práticas sociais em que a escrita se faz presente.

Em âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, a abordagem da alfabetização na perspectiva do letramento foi adotada buscando favorecer situações que propiciem a aprendizagem e funcionamento do sistema de escrita alfabética, articulando simultaneamente às aprendizagens que se referem aos usos sociais da escrita e da oralidade.

Desse modo, os objetivos deste Caderno são: refletir sobre o ensino da oralidade na escola, considerando os objetivos didáticos e as interfaces que estabelece com a escrita, refletir sobre o ensino da leitura e da escrita no Ciclo de Alfabetização, para compreender os dois processos e suas interligações, compreender os pressupostos da defesa do trabalho sistemático para o ensino do Sistema de Escrita Alfabética, com vistas a garantir os direitos de aprendizagem das crianças, no Ciclo de Alfabetização, refletir sobre a integração entre Língua Portuguesa e os demais componentes curriculares, para planejar situações didáticas interdisciplinares.

Finalmente, concluindo a análise, observa-se que o caderno evidencia a vivência da leitura como objeto de conhecimento em si, em situações em que o ler o texto, por exemplo, a letra da música e os poemas com a identificação de palavras se objetivem propiciar a escrita e oralidade das crianças que ainda não haviam se apropriado das mesmas, bem como ainda não haviam desenvolvido habilidades de decifração. O educador deve fazer o reconhecimento global de palavras mais familiares e estabelecer relações de decodificação, de conversão do escrito em oral que, embora não sejam suficientes à leitura como compreensão, são imprescindíveis ao alcance da leitura autônoma.

6.6 Caderno Unidade de nº 6

“A arte no ciclo de Alfabetização” é vista e tomada como um tema em que destaca a arte na contemporaneidade, conceitos históricos e metodológicos com sequências didáticas refletindo a especificidade no ensino da Arte e suas diferentes

linguagens artísticas (Artes Visuais, Música, Dança e Teatro) compreendendo o ensino da arte seus desafios e possibilidades no ciclo de Alfabetização.

Os objetivos desta unidade visam refletir sobre os principais pressupostos teórico-metodológicos na contemporaneidade, compreender as especificidades do Ensino da Arte das diferentes linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro). Refletir sobre os desafios e possibilidades do Ensino de Arte no ciclo de alfabetização, compreendendo sua importância na formação de crianças e professores do ciclo de alfabetização.

A unidade possibilitou o conhecimento aos educadores que participaram de como se trabalhar usando os Jogos Teatrais na sala de aula, no ciclo de alfabetização. O trabalho com os três princípios do Jogo Teatral trazem alguns elementos da linguagem do teatro, são eles: lugar da ação/cenário – onde; alguém que faz/personagem – quem; a problemática/conflicto – o que.

Esse trabalho orientou que a partir dessa compreensão o educador poderá, numa atividade lúdica na estrutura do Jogo Teatral, fornecer aos seus alunos uma indicação e noções de tempo, espaço e lugar identificando por exemplo: onde: casa abandonada, quem: um grupo de amigos, o que: a descoberta de um baú dourado.

A atividade propõe dividir a turma em pequenos grupos, dá-se um tempo para ensaios e experimentações e logo depois cada grupo mostra sua criação para os demais, havendo assim um revezamento nos espaços de quem faz e quem observa/platéia.

Num segundo passo dessa atividade, após cada grupo mostrar sua criação, os observadores/platéia se colocam diante do apresentado. Importante ressaltar que não se trata aqui de um momento de “juízo”, mas de apreciação, em que os alunos terão que saber lidar com as opiniões quanto ao seu desempenho e desenvoltura.

O Ensino do Teatro enlaça contribuições particulares para a formação do aluno do ciclo de alfabetização e contribui nas relações sociais, em particular para a educação da sua imaginação dramática, sendo, portanto, comprometido com a formação do olhar e com a experiência cênica.

O ensino da arte é importante e precisa ser trabalhado, em se tratando do Teatro, o mesmo garante o contato dos estudantes com fatos e acontecimentos da história do Teatro, com a experimentação do fazer teatral e sua apreciação/fruição, para que possam realizar leituras de mundo mais complexas e sensíveis, ampliando seu repertório cultural e estético. A arte precisa ser trabalhada à fim de propiciar a formação humana artística e cultural da criança.

6.7 Caderno Unidade nº 7

“Alfabetização matemática na perspectiva do letramento” ênfase no PNAIC do ano de 2014 que trazia a alfabetização matemática e português na perspectiva de letramento é retomada aprofundando a disciplina dos aspectos fundamentais de seu trabalho e reflexão de ações didáticas que integram diferentes áreas de conhecimento por meio de conceitos matemáticos.

O Caderno de Jogos na Alfabetização Matemática, do PNAIC, traz sugestões e ensina a construção de jogos que podem ser utilizados no ensino de Matemática e Português no Ciclo de Alfabetização.

A vantagem de se trabalhar com jogos é que por meio deles as crianças aprendem a agir, têm a curiosidade estimulada, adquirem iniciativa e autoconfiança, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.

Além do mais a interação com os outros colegas acontecem trabalhando com conteúdos matemáticos de forma divertida, despertando interesse, cultivando atitudes positivas no ensino aprendizagem da Matemática que constitui-se um dos grandes desafios a ser enfrentado no Ciclo de Alfabetização. Professores, Gestores e Formadores de professores deverão considerar a importância de gerar sentimentos e emoções positivas, tanto em relação ao ensino quanto em relação à aprendizagem.

6.8 Caderno de Unidade nº 8

“Ciências da Natureza no Ciclo de Alfabetização” Este caderno apresenta discussões teóricas de sugestões práticas para se trabalhar com conteúdos ligados

às Ciências da Natureza e contextos de Alfabetização científica, a premissa caracterização do “fazer Ciência”, seu percurso histórico e sua importância nos diferentes espaços de Educação: A experimentação, Tecnologia e Sociedade nas diferentes linguagens de Alfabetização Científica.

Os objetivos deste caderno se pautam no conhecimento das Ciências da Natureza em um processo que envolve curiosidade, busca de explicações por meio de observação, experimentação, registro e comunicação de ideias, utilizando diferentes linguagens, entendendo os movimentos do “fazer Ciência” reconhecendo o seu papel neste processo. A unidade trabalha com experimentos em Ciências entendendo-os como modelos para o estudo da realidade, auxilia identificar problemas que podem ser resolvidos pelo “fazer Ciência”, coletar dados, levantar hipóteses e propor modos de investigá-los, caracteriza as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade de modo a explicar, argumentar e se posicionar a respeito do mundo que o cerca, faz-se experimentar as potencialidades das tecnologias na Alfabetização Científica, ler e interpretar textos de divulgação científica de livros didáticos, livros paradidáticos e de literatura e aprender a perceber as possibilidades de se “fazer Ciência” e de se aprender Ciências nos diferentes espaços de Educação.

A Ciência é a disciplina que preocupa-se em investigar os fenômenos reais para enunciar verdades sobre eles, isso não quer dizer que a Ciência trabalha com verdades absolutas, pois as interpretações para os fenômenos podem ser revistas e modificadas.

Nesta unidade foi ressaltada a importância de se discutir com os alunos o fato de que o conhecimento científico é parcial, provisório e inacabado porque a produção científica muda de acordo com a época em que é realizada. Isso pode ser trabalhado colocando as crianças em situações nas quais possam questionar as explicações científicas, sempre se perguntando: É assim mesmo? Sempre foi assim? Isso pode mudar? Isso é chamado de atitude científica, importante para a Alfabetização Científica não ser caracterizada pelo senso comum.

O senso comum, assim como as tradições, podem revelar verdades, mas essas verdades precisam ser validadas pela comunidade científica para que

alcancem, um caráter científico. Aparece, aí, outra oportunidade de trabalho com as crianças: tomar contato com seu contexto sociocultural para discutir os saberes da sua comunidade, fazendo disso uma oportunidade para tanto conhecer a realidade quanto pensar criticamente sobre ela.

É importante dar destaque à necessidade de se trabalhar de maneira organizada na realização de atividades científicas. O método é um aspecto fundamental da Ciência e deve, é claro, ser adequado ao nível de ensino em que se está trabalhando. O importante é mostrar que devem observadas as regras na realização, por exemplo, de experimentos científicos.

Considerando tudo o que é essencial para uma Alfabetização Científica, podemos perceber a importância do professor alfabetizador não só como mediador do desenvolvimento da escrita e da leitura das crianças mas também, fundamentalmente, da discussão da relação dos conhecimentos científicos com as práticas sociais no âmbito da vida nos ambientes e do desenvolvimento tecnológico. Assim, é importante que os conhecimentos científicos sejam construídos estudando-se conceitos teóricos com base na realidade, uma vez que os problemas mais significativos para a humanidade partem da prática social.

6.9 Caderno Unidade nº 9

“Ciências Humanas no Ciclo de Alfabetização” a reflexão aqui perpassa sobre disciplinas como Geografia e História, dialogando conceitos de outras áreas que podem auxiliar as crianças à ampliar a compreensão sobre o mundo social, criando o pensar historicamente, a identidade cultural, a relação com a natureza e localização de tempo e espaço.

Os objetivos deste material visam situar acontecimentos históricos e geográficos, localizando-os em diversos espaços e tempos. Relacionar sociedade e natureza reconhecendo suas interações e procedimentos na organização dos espaços, presentes tanto no cotidiano quanto em outros contextos históricos e geográficos, identificando as relações sociais no grupo de convívio, de sua comunidade, localidade, região e país.

Relevante também identificar outras manifestações estabelecidas em diferentes tempos e espaços, conhecer e respeitar os modos de vida (crenças, alimentação, vestuário, fala e etc.) de grupos diversos, em diferentes tempos e espaços. Apropriar-se de métodos de pesquisa e de produção de textos das Ciências Humanas, aprendendo a observar, analisar, ler e interpretar diferentes paisagens, registros escritos, iconográficos e sonoros e elaborar explicações sobre os conhecimentos históricos e geográficos utilizando a diversidade de linguagens e meios disponíveis de documentação e registro.

Ainda na ludicidade, comparecem as cantigas. A musicalidade, o som propriamente dito e a letra, foi reconhecida no primeiro relato e nos textos de aprofundamento como desencadeadoras de práticas pedagógicas. Desde a infância, a música desperta a atenção e atrai as crianças, sendo que cantigas de roda, acalantos, parlendas e quadrinhas integram suas vivências. A música pode permitir conexões entre o mundo retratado na sua letra e o cotidiano do aluno, por traduzir dilemas e ideologias do artista que a produz e da sociedade que a consome. Essa linguagem permite aproximações com as realidades vivenciadas pelos alunos e suas famílias, podendo se transformar em instrumentos de aprendizagem e possibilidade de discussão da História.

Do mesmo modo, em Geografia possibilitam a abordagem de diferentes temáticas, como: trabalho, migração, mentalidade, cotidiano, costumes, modos de vida, etc., como tratado nos textos que compõem este Caderno e nos relatos compartilhados nessa seção. Em síntese, o ensino de Geografia compareceu nos dois relatos e construir história ficou mais destacado no primeiro, pelas diferenças e semelhanças entre o passado e o futuro. O que se distancia e o que se aproxima da vida atual é um modo de compreender a existência de diferentes tempos em que acontecem diferentes situações, mudanças nas paisagens, nos modos de vida das pessoas, e o entendimento que não há apenas o melhor e o pior, como se sempre tivéssemos que emitir juízo de valor.

A unidade traz atividades que tratam o antes e o depois contribuindo para mostrar condições vida e modos de viver, que podem ser diferentes, mas também semelhantes. Ajuda, ainda, a entender as relações entre passado-presente pela percepção de mudanças, permanências, do modo como as coisas permanecem em

nossas vidas, quais as diferenças e semelhanças entre lugares e tempos históricos distintos. As experiências expostas nesta unidade se mostram como um convite para que o ensino ocorra de maneira a conhecer histórias e lugares.

6.10 Caderno Unidade nº 10

“Integrando Saberes” tem a finalidade de apoiar o trabalho docente no PNAIC, este último caderno trouxe como objetivo apresentar uma coletânea de relatos e experiências as discussões de todos os temas adotados durante todo ano, tratou-se de uma oportunidade da retomada de todos os conceitos trabalhados, outras experiências e realidades que auxiliam na reflexão sobre a própria prática.

Os Objetivos deste caderno visam refletir sobre a integração dos saberes nos processos de alfabetização das crianças no contexto geral de todos os outros cadernos, sobre a avaliação escolar e a criação de instrumentos de registro e sobre os princípios fundamentais. Além de fornecer subsídios para o planejamento no para os próximos anos avaliando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Esta seção destacou-se por apresentar relatos de experiências, planejamentos e práticas realizadas por professoras alfabetizadoras que organizaram seu trabalho pedagógico e desenvolveram suas atividades na perspectiva da realização se baseando neste material de maneira contextualizada e lúdica, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar envolvendo conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e Ciências Humanas.

O objetivo deste material, ao apresentar os relatos das professoras foi na intenção de abrir possibilidades para discussão e reflexão sobre a integração de saberes construídos pelos professores ao longo do processo de formação do PNAIC, referentes à alfabetização, organização do trabalho escolar, encaminhamentos metodológicos, recursos didáticos, o universo da criança em geral em termos e direitos e tempos de aprendizagem. É um material muito importante que revela relatos positivos das professoras que participaram anteriormente e que mudaram sua prática ao ingressarem no curso, traçando novas metas e estratégias didáticas que incentivaram mobilizando outros professores à participarem despertando interesse para o mesmo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta estratégica de formação docente oportunizada pelo PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na idade certa sem sombra de dúvida nos leva a compreender refletir e analisar dentro do objetivo desta pesquisa que o papel do professor e sua valorização enfatizada na sua identidade profissional faz-se pela sua própria busca como agente de transformação da educação.

Os benefícios e ganhos para uma instituição educacional que possui um profissional qualificado são inúmeros tanto politicamente como socialmente porque revelam que a mesma se preocupa neste aspecto apresentando-se comprometida relacionalmente com a qualidade do ensino de seus professores e alunos visando atingir resultados satisfatórios nas avaliações externas e a satisfação da comunidade escolar.

A Formação Continuada apresenta-se decisiva e fundamental na educação de qualidade dos alunos. O Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC no aspecto formativo se configura como uma política pública educacional que veio contribuir positivamente no ciclo alfabetizador e na formação de professores de uma nova época que buscam pesquisar constantemente à fim de aprimorarem e atualizarem sua prática pedagógica.

Portanto faz-se necessário também que o governo sempre propicie recursos e persista em fomentar políticas públicas educacionais assim como o Plano Nacional de Alfabetização na Idade Certa, investindo cada vez mais em Educação e aprimoramento da capacitação profissional dos Educadores a fim de subsidiar e valorizar o trabalho docente dos mesmos dando suporte e continuidade aos programas de Formação Continuada em benefício de uma Educação de qualidade para o Brasil.

Os estudos para mudanças nas práticas pedagógicas possibilitam um novo olhar consolidando teoria e prática. Fica claro que a construção não se dá de forma individual, mas coletiva se articulada com todos os segmentos da escola que incluem gestores, coordenadores pedagógicos e professores na mobilização dos

conhecimentos. Os materiais utilizados no PNAIC são relevantes e extremamente interessantes dando suporte ao educador como espécie de manual norteador do trabalho pedagógico para atuarem nas séries do ensino Fundamental.

As oportunidades de formação quando oportunizadas são abraçadas, mas é preciso despertar o interesse e incentivo nos professores para que se constitua uma busca pela profundidade acerca dos conteúdos e conhecimento. É preciso ter clareza que a formação inicial não dá conta da sala de aula e os diversos ritmos de aprendizagens dos alunos.

O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa mediante análise de resultados alcançou resultados significativos ultrapassando metas segundo dados do IDEB, isso se deu pelo trabalho que o professor foi capaz de realizar ao se profissionalizar com o curso sendo responsável por sua formação e dando continuidade em processo de auto-avaliação e conseqüentemente no estudo para construção de novas metodologias e práticas que impliquem no resultado positivo e satisfatório dos alunos sob avaliações nacionais.

REFERÊNCIAS:

BAGNO, Marcos. *Pesquisa na Escola o que é como se faz*. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BATISTA, Valter Pedro; PESCE, Lucila. *Políticas de formação docente, tecnologias digitais da informação e comunicação e qualidade social da educação*. Revista Acadêmica Eletrônica Sumaré 8ª e 9ª edições Disponível em: http://www.sumare.edu.br/Arquivos/1/raes/8_9/politicias-formacao-docente.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Formação de Professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Brasília: MEC/SEB, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Reflexões sobre a Prática do Professor no Ciclo de Alfabetização: progressão e continuidade das aprendizagens para a construção do conhecimento por todas as crianças. Ano 02. Unidade 08. Brasília: MEC/SEB, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. *Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais*. Brasília, 2013.

CARVALHO, Janete Magalhães, SIMÕES, Regina Helena Silva (2002b). *O processo de formação continuada de professores: uma construção estratégico-conceitual*. In: ANDRÉ, Marli Elisa (org.). *Formação de professores no Brasil (1990-1998)*. Brasília: MEC/INEP/COMPED, p. 171- 184 (Série Estado do Conhecimento, nº 6).

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEMO, Pedro. *Educar Pela Pesquisa*. 8 ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete A.; SÁ BARRETO, Elba S. de Sá; ANDRÉ, Marli E. D. de Afonso. *Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte*. Brasília: UNESCO, 2011.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei n. 9.394/96).

LIBÂNEO, J.C. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEC – Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Brasília 2015.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: 11 Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NÓVOA, Antônio. *Escola nova. A revista do Professor*. Ed. Abril. Ano. 2002, p,23.

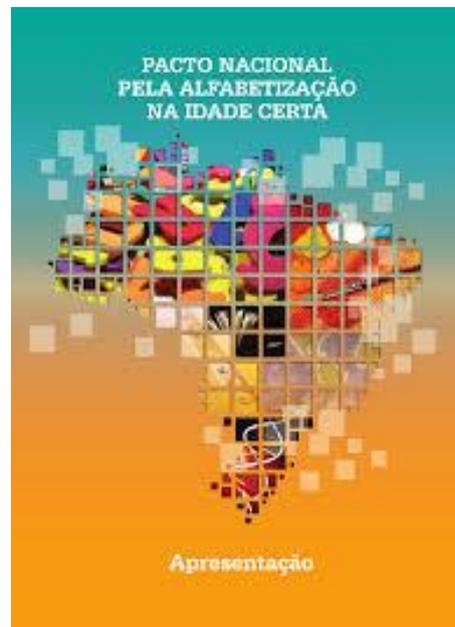
NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Don Quixote, 1995.

PACHECO, José Augusto. *Escritos Curriculares*. São Paulo: Cortez, 2005, p, 35.

SANMARTÍ, Neus. *O mais importante é aprender a se autoavaliar*. In:_____. Avaliar para aprender. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue B. (Org.) *Reflexões sobre a formação de professores*. Campinas: Papirus, 2002.

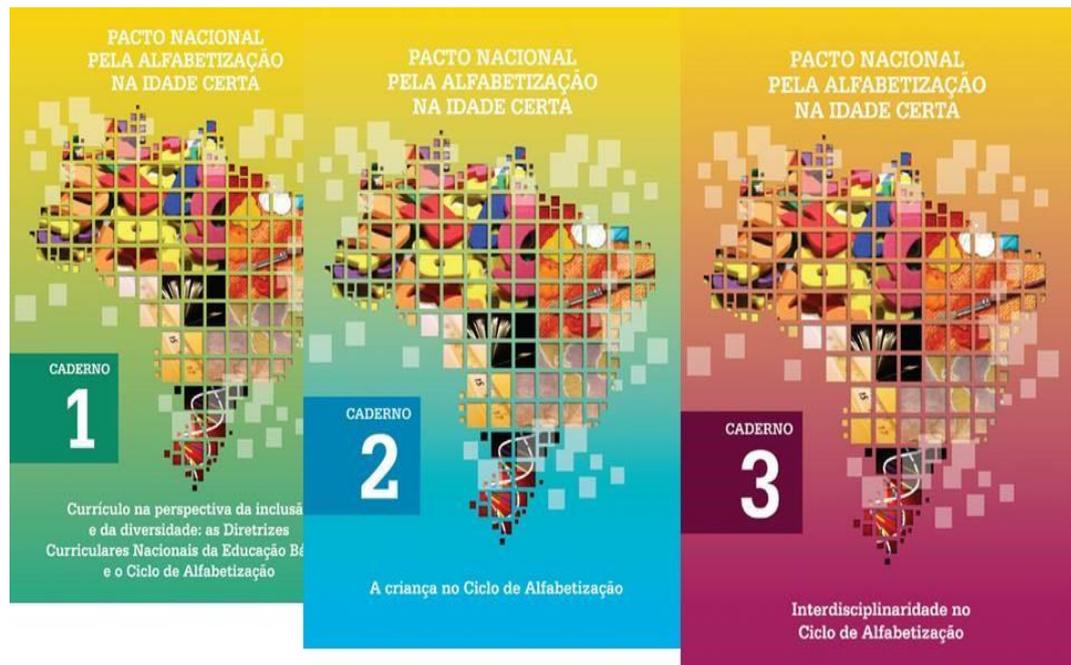
SOARES, Magda. *Letramento e Escolarização*. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2004.

ANEXOS:

Fotos ilustrativas do material usado nesta pesquisa. Caderno de Apresentação - Principal do Pacto pela Alfabetização na idade certa – PNAIC 2015 – Ministério da Educação e Cultura – MEC.



Fotos ilustrativas do material usado nesta pesquisa. Caderno para Gestores - Pacto pela Alfabetização na idade certa – PNAIC 2015 – Ministério da Educação e Cultura – MEC.



Fotos ilustrativas do Caderno de nº 01,02 e 03 - PNAIC 2015. Ministério da Educação e Cultura – MEC.



Fotos ilustrativas dos cadernos de nº 04,05 e 06 – PNAIC 2015. Ministério da Educação e Cultura – MEC.



Fotos ilustrativas dos cadernos 07, 08,09 e 10 – PNAIC 2015. Ministério da Educação e Cultura – MEC.